

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada, em segunda convocação, em 15 de maio de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, considerando-se, portanto, como realizada na sede social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia") situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-40, de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). **2. Convocação:** Edital de segunda convocação da presente Assembleia publicado na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2024 no jornal "Data Mercantil", páginas 6, 5 e 6, respectivamente, e com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pelas Resolução CVM 81 e Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"). **3. Presenças:** Presentes acionistas titulares de 281.399.645 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia representando aproximadamente 60,84% do capital social total e com direito a voto, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado em 29 de abril de 2024 pela Companhia; e (ii) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica, nos termos do art. 47, inciso III da Resolução CVM 81. Presentes também (i) a Sra. Aline Ferreira Penna Peli, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, representante da administração da Companhia, e (ii) o Sr. André Coji, representante do Conselho Fiscal. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Claudio Roberto Ely, indicado na forma do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, e secretariados pelo Sr. Guilherme Martins Bouzan. **5.**

Ordem do Dia: (i) aprovar a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para que a abertura e encerramento de filiais, bem como a fixação e alteração dos seus endereços e do endereço da sede possa ser fixado por deliberação da Diretoria da Companhia; (ii) aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social, as atividades de (a) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (b) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (c) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (d) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (e) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (f) design de produtos; e (g) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir o capital social atual e a quantidade de ações em que se divide; e (iv) aprovar a consolidação do Estatuto Social em razão das deliberações constantes nos itens (i) a (iii) acima, se aprovadas. **6. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 238.555.935 votos a favor e 42.843.710 abstenções, a proposta de alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para que a abertura e encerramento de filiais, bem como a fixação e alteração dos seus endereços e do endereço da sede possa ser fixado por deliberação da Diretoria da Companhia, de forma que o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, poderá ser alterado o endereço da sede da Companhia, bem como poderão ser instaladas, transferidas ou extintas, filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional." (ii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 238.555.935 votos a favor e 42.843.710 abstenções, a proposta de alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social, as atividades de (i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (ii) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (iii) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (iv) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (v) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (vi) design de produtos; e (vii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Tendo em vista a aprovação constante do item (ii) acima, o art. 3º do Estatuto Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto (i) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de artigos para animais, rações, acessórios, produtos de uso veterinário, produtos "pet", medicamentos e outros produtos farmacêuticos e agropecuários em geral, produtos para consumo humano, artigos de piscina, caça e pesca náutica; (ii) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de pássaros, aves, animais mamíferos, animais aquáticos vivos, animais exóticos, plantas, flores, sementes; (iii) hospital veterinário 24 horas, com serviços de consultório, clínica veterinária, realização de exames, internação, cirurgias e demais procedimentos característicos, prestação de serviços de banho e tosa em animais domésticos; (iv) prestação de serviços de hotel, alojamento, creche para animais domésticos; (v) a administração e oferecimento de planos de saúde para animais domésticos; (vi) o oferecimento de serviços acessórios veterinários em geral, tais como atendimento domiciliar, teleatendimento e prontuários em geral; (vii) prestação de serviços de estacionamento em geral; (viii) comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ix) comércio varejista de bebidas; (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xi) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; (xii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista (xiii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (xiv) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (xv) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (xvi) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (xvii) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (xviii) design de produtos; e (xix) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica." (iii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 238.555.935 votos a favor e 42.843.710 abstenções, a proposta de alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir o capital social atual e a quantidade de ações em que se divide, de forma que o artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.725.426.906,76 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e seis reais e setenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 462.523.502 (quatrocentas e sessenta e dois milhões, quinhentas e vinte e três mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Capital Social")." (iv) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 238.555.935 votos a favor e 42.843.710 abstenções, a consolidação do Estatuto Social em razão das deliberações constantes nos itens (i) a (iii) acima, que passará a vigorar de acordo com o

Anexo I a presente ata; **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por quantos acionistas bastem para validade da ata, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. A ata poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130 da Lei das S.A. São Paulo, 15 de maio de 2024. **Presidente** – Claudio Roberto Ely; **Secretário** – Guilherme Martins Bouzan. **Anexo I – Estatuto Social. Nome e Duração.** Artigo 1º. Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente). **Parágrafo Primeiro.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Segundo.** Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Sede Social.** Artigo 2º. A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, poderá ser alterado o endereço da sede da Companhia, bem como poderão ser instaladas, transferidas ou extintas, filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto (i) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de artigos para animais, rações, acessórios, produtos de uso veterinário, produtos "pet", medicamentos e outros produtos farmacêuticos e agropecuários em geral, produtos para consumo humano, artigos de piscina, caça e pesca náutica; (ii) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e-commerce) de pássaros, aves, animais mamíferos, animais aquáticos vivos, animais exóticos, plantas, flores, sementes; (iii) hospital veterinário 24 horas, com serviços de consultório, clínica veterinária, realização de exames, internação, cirurgias e demais procedimentos característicos, prestação de serviços de banho e tosa em animais domésticos; (iv) prestação de serviços de hotel, alojamento, creche para animais domésticos; (v) a administração e oferecimento de planos de saúde para animais domésticos; (vi) o oferecimento de serviços acessórios veterinários em geral, tais como atendimento domiciliar, teleatendimento e prontuários em geral; (vii) prestação de serviços de estacionamento em geral; (viii) comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ix) comércio varejista de bebidas; (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xi) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; (xii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (xiii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (xiv) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (xv) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (xvi) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (xvii) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (xviii) design de produtos; e (xix) atividades de consultoria

em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. **Capital Social e Ações.** Artigo 4º. O capital social da Companhia é de 1.725.426.906,76 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e seis reais e setenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 462.523.502 (quatrocentas e sessenta e dois milhões, quinhentas e vinte e três mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, e sem valor nominal ("Capital Social"). **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo.** Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantinha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. **Parágrafo Terceiro.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração ("Capital Autorizado"). **Parágrafo Quarto.** Dentro do limite do Capital Autorizado, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O limite do Capital Autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Parágrafo Quinto.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do Capital Autorizado. **Parágrafo Sexto.** Observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis e mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovados em Assembleia Geral, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas (exceto pela reserva legal) e sem diminuição do seu Capital Social. **Parágrafo Sétimo.** É expressamente vedada a criação de partes beneficiárias na Companhia, bem como a existência desses títulos em circulação, além da emissão de ações preferenciais. **Parágrafo Oitavo.** As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não lhes reconhecerá mais de um proprietário para cada unidade. **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 5º. As Assembleias Gerais de Acionistas poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo que as Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de deliberar as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 7º.** As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelo Conselho de Administração da Companhia mediante deliberação da maioria de seus membros, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal, quando instalado, ou por acionistas, em qualquer caso, conforme procedimentos descritos na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Serão dispensadas as formalidades de convocação previstas neste Artigo 7º, caso compareçam à Assembleia Geral os Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do Art. 124 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por um conselheiro ou acionista presente que seja indicado pela maioria dos Acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica. **Artigo 11.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (i) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social; (ii) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal da Companhia; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (v) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; (vi) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (viii) aprovar planos de opção de ações ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações pela Companhia, ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador, empregado ou qualquer pessoa natural que preste serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (x) ressalvado o limite do Capital Autorizado, deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Artigo 4º deste Estatuto Social; (xi) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas neste Estatuto Social e o limite do Capital Autorizado, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações; (xii) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Administração da Companhia.** Artigo 12. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 30 abaixo. **Parágrafo Segundo.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos Regulamento do Novo Mercado. **Conselho de Administração.** Artigo 13. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo ser eleitos até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Terceiro.** O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos. **Artigo 14.** O Conselho de Administração se reunirá, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração somente poderão ser instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo.** Será também considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o Conselheiro que participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados e ouvidos, admitida a gravação destas. **Parágrafo Terceiro.** Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o conselheiro que ocupava o referido cargo vacante será substituído por seu respectivo suplente, se houver. Na hipótese de inexistência ou de vacância do cargo de membro suplente, os conselheiros remanescentes indicarão, de comum acordo, um membro do Conselho de

Administração para exercer as atividades do conselheiro ausente ou impedido, como interino, até o retorno efetivo deste. **Parágrafo Quinto.** O termo de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo Sexto.** Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração, escolhido pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido dentre qualquer dos presentes pelo presidente da mesa. **Artigo 16.** Dentre outras deliberações previstas em lei, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle; (ii) aprovar propostas de reforma estatutária, a serem submetidas à Assembleia Geral, os regulamentos do Conselho de Administração, bem como a formação e regulamentação de Comitês do Conselho de Administração; (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, e atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social; (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, além de solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas; (v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei; (vi) apreciar o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras, outros documentos previstos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e as contas da Diretoria; (vii) aprovar ad referendum da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários e intercalares e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio; (viii) aprovar o aumento de capital social da Companhia, ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, independentemente de reforma estatutária, dentro do limite do Capital Autorizado; (ix) deliberar sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral; (x) deliberar sobre qualquer operação que envolva a aquisição, oneração e alienação de qualquer participação em qualquer sociedade que atue no Brasil ou no exterior, bem como a criação de subsidiárias, ou de quaisquer associações, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiros; (xi) escolher e destituir a qualquer tempo os auditores independentes; (xii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera; (xiii) observadas as normas expedidas pela CVM, deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xiv) outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações, participação nos lucros ou no resultado na Companhia (exceto o pagamento de participação nos lucros decorrentes dos Acordos Coletivos de Trabalho em vigor que tenham sido aprovados pelo Conselho) em favor dos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente; (xv) aprovar a política de franquia a ser observada pela Companhia; (xvi) aprovar a celebração de qualquer contrato ou negócio de qualquer natureza, bem como suas alterações, aditamentos ou rescisões, entre, de um lado, a Companhia e/ou qualquer de suas controladas e, de outro, qualquer dos acionistas ou administradores da Companhia, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum; (xvii) aprovar o plano de negócios da Companhia, bem como as propostas de qualquer alteração do plano de negócios aprovado, e ainda acompanhar e fiscalizar o cumprimento do plano de negócios pela Companhia; (xviii) aprovar os seguintes atos e negócios, cujo valor (considerado o ato ou negócio isoladamente ou um conjunto de atos e negócios correlacionados e de mesma natureza) supere a quantia equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto da Companhia apurado no período compreendido entre o 1º (primeiro) e o 12º (décimo segundo) meses que antecederem a reunião do Conselho de Administração em que houver a respectiva deliberação: a. aprovar a venda, alienação ou oneração de ativos, direitos ou bens; b. aprovar a aquisição de ativos, direitos ou bens; c. aprovar a realização de novos investimentos pela Companhia; d. aprovar qualquer operação financeira envolvendo a Companhia; e e. propor ações judiciais ou fazer acordos no curso de ações judiciais; (xix) aprovar a emissão pela Companhia; (i) de debêntures conversíveis ou não em ação, observado o disposto no art. 4º, parágrafo quinto deste Estatuto Social; e (ii) de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, incluindo notas promissórias, independentemente do valor; (xx) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias, reais ou fidejussórias, incluindo aval e fiança, (a) a terceiros, ou (b) em benefício da Companhia ou de qualquer subsidiária da Companhia; (xxi) aprovar a celebração de qualquer transação, contrato, parceria, convênio ou acordos com pessoas do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, bem como, como autarquias, empresas estatais e fundações, acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por transação, contrato, parceria, convênio ou acordo; (xxii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; (xxiii) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; (xxiv) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a exclusivo critério, desde que obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis; (xxv) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. **Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros eleitos. **Diretoria.** **Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo 6 (seis) Diretores, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro.** O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo.** As competências dos Diretores sem designação específicas serão fixadas pelo Conselho de Administração, no momento de sua eleição. **Artigo 18.** Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a direção executiva da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores, diligenciando para que sejam cumpridas e observadas as deliberações e as diretrizes fixadas por este Estatuto Social, pelas reuniões da Diretoria, pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (iii) executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer os critérios para a execução de referidas estratégias e diretrizes operacionais; (iv) delegar competência aos demais diretores, bem como a empregados, para a prática de atos específicos, de acordo com as conveniências de gestão; (v) selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de diretor da Companhia, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, e propor a destituição de qualquer diretor da Companhia; (vi) observar os limites já previstos neste Estatuto Social, propor ao Conselho de Administração os limites de alçada individual dos demais Diretores, respeitados os limites já previstos neste Estatuto Social, que aprovará a política interna contendo essas alçadas; (vii) indicar, dentre os diretores, os substitutos de qualquer membro da diretoria em casos de impedimento temporário ou ausência destes; (viii) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, o plano de negócios; (ix) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, (a) a política de recursos humanos e remuneração da Companhia, incluindo planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, benefícios e regime disciplinar dos empregados da Companhia, bem como (b) a proposta de remuneração individual dos diretores, e (c) os critérios de remuneração dos funcionários da Companhia, e executar as políticas aprovadas; (x) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, anualmente, a política de marketing da Companhia; (xi) planejar e conduzir as operações da Companhia observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, e reportar ao Conselho de Administração as atividades da Companhia, o andamento de suas operações e o desempenho econômico-financeiro da Companhia; (xii) observado o disposto no Artigo 16 acima, praticar todos e quaisquer atos já previstos no plano de negócios aprovado; (xiii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral do Conselho de Administração acerca dos negócios da Companhia; (xiv) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/07/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/05/2024 da Pet Center Comércio e Participações S.A. Conselho de Administração; (xv) observado o disposto no Artigo 16 acima, identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento, e executar os investimentos e desinvestimentos previamente aprovados no plano de negócios; (xvi) observado o disposto no Artigo 16 acima, autorizar a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos previstos no plano de negócios, e solicitar ao Conselho de Administração a contratação de empréstimos e financiamentos; (xvii) orientar a condução ou conduzir as negociações em qualquer controvérsia ou disputa relevante envolvendo a Companhia e terceiros; (xviii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (xix) representar a Companhia frente aos diversos públicos e nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, tendo para tanto o apoio do Presidente do Conselho de Administração; e (xx) submeter à aprovação do Conselho de Administração, as matérias listadas no Artigo 16. **Parágrafo Primeiro.** Nas ausências e impedimentos temporários do Diretor Presidente o mesmo será substituído pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores agindo, em conjunto, com qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) observado o disposto no Artigo 16 acima, propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (iv) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária; (v) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (vi) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (vii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. **Artigo 19.** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a todos os Diretores, para os quais será necessária a assinatura (i) do Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sempre em conjunto com outro Diretor; (iii) do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sempre em conjunto com um bastante procurador; ou (iv) de 2 (dois) procuradores em conjunto, observado o Parágrafo Primeiro abaixo. **Parágrafo Primeiro.** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre na forma do item "I" do caput deste Artigo 19, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo.** Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador (i) quando houver expressa autorização pela Diretoria para o caso específico, autorização esta que deverá ser deliberada em reunião de Diretoria e consubstanciada em ata própria; e (ii) quando se tratar

de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Artigo 20.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável. **Artigo 21.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Conselho Fiscal. Artigo 22.** O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 23.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 24.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, a menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Exercício Social e Lucros. Artigo 25.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Quarto.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Quinto.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Sexto.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Liquidação. Artigo 26.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Alienação de Controle. Artigo 27.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Primeiro. Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. **Parágrafo Segundo.** Para os fins deste Artigo 27, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. **Reestruturação Societária. Artigo 28.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. **Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura. **Saída Voluntária do Novo Mercado. Artigo 29.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 29, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Solução de Disputas. Artigo 30.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, quaisquer conflitos societários, incluindo, mas não se limitando a, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Disposições Finais. Artigo 31.** Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes. **Artigo 32.** Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 33.** As disposições contidas nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, item (xii) do Artigo 11, Parágrafos 1º e 2º do Artigo 12, Parágrafo 1º e 2º do Artigo 13, item (xxii) do Artigo 16, Artigo 27, Artigo 28, Artigo 29, Artigo 30 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.034/24-2 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, considerando-se, portanto, como realizada na sede social da Pet Center Comércio e Participações S.A. (“**Companhia**”) situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 19E e 214, Bairro Piri, CEP 03035-040, de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de dezembro de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”). **2. Publicações e Divulgação:** (i) Edital de primeira convocação da presente Assembleia publicado na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das S.A.**”), nos dias 5, 6 e 7 de abril de 2024 no jornal “**Diaria Mercantil**”, páginas 11, 11 e 5, respectivamente, e com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A.; e (ii) Demonstrações Financeiras publicadas no dia 27 de março de 2024 no jornal **Diaria Mercantil**, páginas 5 a 10. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pelas Resoluções CVM 81 e Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 80**”). **3. Presenças: (a) Em Assembleia Geral Ordinária:** presentes acionistas titulares de 285.390.936 (duzentas e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa mil, novecentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 63,29% do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado em 29 de abril de 2024 pela Companhia; e (ii) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica nos termos do art. 47, inciso II da Resolução CVM 81. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** presentes acionistas titulares de 285.390.932 (duzentas e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa mil, novecentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia representando aproximadamente 63,29% do capital social total e com direito a voto, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado em 29 de abril de 2024 pela Companhia; e (ii) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica, nos termos do art. 47, inciso III da Resolução CVM 81. Não foi alcançado o quórum de 2/3 do capital social votante da Companhia, o qual se fazia necessário para deliberação sobre os “**Itens (ii), (x), (vii) e (xiii)**” da ordem do dia em sede de assembleia geral extraordinária, acerca das propostas de alterações ao estatuto social da Companhia. Porém, presentes acionistas representando mais que 1/4 do capital social votante da Companhia, a presente assembleia foi instalada para deliberar sobre os demais itens da ordem do dia, em sede de assembleia geral ordinária e extraordinária. Presentes também: (i) a Sra. Aline Ferreira Penna Pail, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, representante da administração da Companhia; (ii) o Sr. Thiago Isaac, representante do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) a Sra. Vanessa Fontado, representante do Comitê de Auditoria da Companhia; (iv) o Sr. Bruno Pires e a Sra. Marcelle Mayumey Komukai, representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., auditor independente da Companhia e empresa contratada para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Zee Dog S.A.; e (v) o Sr. Raphael Mathias, representante da RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., empresa contratada para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda., para fins de sua incorporação pela Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Claudio Roberto Ely, indicado na forma do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, e secretariados pelo Sr. Guilherme Martins Bouzan. **5. Ordem do Dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, inclusive a retenção de lucros com base em encerramento de capital; (iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; **(2) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. (“**Cão Cidadão**”), na data base de 31 de dezembro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia (“**Laudo de Avaliação Cão Cidadão**”); (ii) aprovar o Laudo de Avaliação Cão Cidadão; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Cão Cidadão pela Companhia (“**Protocolo e Justificação Cão Cidadão**”); (iv) aprovar a incorporação da Cão Cidadão pela Companhia, com consequente extinção da Cão Cidadão (“**Incorporação Cão Cidadão**”); (v) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação KPMG Auditores Independentes Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Zee Dog S.A. (“**Zee Dog**”), na data base de 31 de dezembro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia (“**Laudo de Avaliação Zee Dog**”); (vi) aprovar o Laudo de Avaliação Zee Dog; (vii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Zee Dog pela Companhia (“**Protocolo e Justificação Zee Dog**”); (viii) aprovar a incorporação da Zee Dog pela Companhia, com a consequente extinção da Zee Dog (“**Incorporação Zee Dog**”); e (ix) autorizar que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **6. Deliberações:** **6.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 76.155.414 votos a favor e 209.235.522 abstenções, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 76.155.414 votos a favor e 209.235.522 abstenções, as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com 229.883.746 votos a favor, 6.898.007 votos contrários e 48.609.187 abstenções, a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 16.348.603,43, da seguinte forma: (a) R\$ 817.430,17, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social, destinado à formação da reserva legal da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; (b) R\$ 4.251.761,12 correspondente ao pagamento de remuneração aos acionistas, sendo: i) R\$ 3.000.000,00 a título de juros sobre capital próprio já declarados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2023, imputado ao dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 pelo valor líquido de R\$ 2.631.032,00; ii) R\$ 1.251.761,12, a título de dividendos complementares para que se alcance o valor líquido correspondente ao dividendo obrigatório. (c) R\$ 11.279.412,14 retido para execução de encerramento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. (iii.) Consignar que, considerando o valor líquido dos juros sobre o capital próprio declarado em 27 de junho de 2023, somados aos dividendos ora declarados, aprovou-se a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante líquido total de R\$ 3.882.793,32, correspondente ao dividendo obrigatório. (ii.2.) Consignar que serão juros aos dividendos ora declarados, no valor total de R\$ 1.251.761,12, correspondente a R\$ 0,0277599450 por ação ordinária, asquelas que forem acionistas da Companhia no encerramento do exercício, 02/27/23 na data (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esta data, inclusive. Dessas ações, a partir de 2 de maio de 2024, inclusive, as ações da Companhia serão negociadas “**ex-dividendos**”. **(iii.3.)** Consignar que os valores ora declarados como dividendos, no valor total de R\$ 1.251.761,12, serão pagos pela Companhia em 27 de maio de 2024 e não estarão sujeitos a atualização monetária ou remuneração entre a data de declaração e de efetivo pagamento e que os dividendos são, ainda, isentos de Imposto de Renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e o artigo 72 da Lei nº 12.973/2014. **(iv.)** Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 votos a favor e 48.609.187 abstenções, a fixação do número de 7 (sete) membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023; **(i) Claudio Roberto Ely**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 9005222841, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 137.688.320-15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, nº 1097, Apartamento 1301, Bairro Bela Vista, CEP 90450-171, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(2) Sergio Zimerman**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.518.369-00

(SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 076.168.548-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(3) **Tania Zimmermann**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 20.394.796, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 166.620.718-67, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

(4) **Gregory Louis Reider**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.863.878-4, expedido pelo IPR/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 082.825.467-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

(5) **Ricardo Dias Mieskalo Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4636079, expedido pela SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.840.019-65, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(6) **Eduardo de Almeida Salles Terra**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.943.042-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.060.488-03, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(7) **Sylvia de Souza Wanderley**, brasileira, em união estável, bacharel em comunicação, inscrita no CPF/ME sob o nº 731.199.977-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 166, Anexos 192 e 214, Bairro Pari, CEP 030350-400, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;

(v.1) Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no art. 147, § 4º, da Lei das S.A. e no art. 2º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. (v.2) Consignar que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item (v.1) acima.

(v.3) Consignar que na forma do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia analisou os requisitos arrolados no art. 16, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado, conforme inserido na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, tendo manifestado entendimento de que o Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sra. Sylvia de Souza Leal Wanderley ora eleitos, enquadram-se nos critérios de independência lá previstos. (vi) Aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com 234.870.921 votos a favor, 1.910.828 votos contrários e 48.609.187 abstenções, a proposta de fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia, no valor de até R\$ 35.940.522,17, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individualmente entre os membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia. (vii) Tendo em vista a solicitação por acionistas titulares de aproximadamente 5,59% (cinco inteiros e cinquenta e nove décimos por cento) do capital social total e votante da Companhia, declarar, nos termos do art. 161 da Lei das S.A. a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. (viii) Aprovar, a eleição das seguintes pessoas como membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024: (i) Com 152.051.359 votos, o Sr. **Tiago Curi Isaac**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 303.612.048-33, portador da cédula de identidade RG nº 34.906.922-0 (SSP/SP), residente e domiciliado na Rua Guimarães Passos, 61, Térreo, Vila Mariana, São Paulo, SP, 04077-030, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho Fiscal**; e Sr. **Eduardo Eli Khouri Buzato**, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 065.692.128-50, portador da cédula de identidade RG nº 13.436.419-3 (SSP/SP), residente e domiciliado na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, sala 701, conj. 5431, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, 06541-038, para ocupar o cargo de **membro suplente do Sr. Tiago Curi Isaac**; (2) Com 152.051.359 votos, o Sr. **André Cojli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 051.271.338-30, portador da cédula de identidade RG nº 8782472 (SSP/SP), residente e domiciliado na Rua Dr. Emilio Ribas, nº 70, Perdizes, São Paulo, SP, 05006-020, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho Fiscal**; e Sra. **Angélica Maria de Queiroz**, brasileira, solteira, economista, inscrita e domiciliada no nº 592216667-00, portadora da cédula de identidade RG nº 03778421-2 (IPF/RJ), residente e domiciliada na Rua Jaguar Floriano 466, sala 2014, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-01, para ocupar o cargo de **membro suplente do Sr. André Cojli**; e (3) Com 13.648.082, a Sra. **Cátia Yuassa Tokoro**, brasileira, solteira, engenheira, inscrita no CPF sob o nº 011.800.477-88, portadora da cédula de identidade RG nº 51.5727352 (IPF/RJ), residente e domiciliada na Av. Gilberto Amado, nº 545 - 101, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, 22620-061, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho Fiscal**; e **Maria Luiza Lage de Mattos Levi**, brasileira, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 092.179.648-81, com endereço na Rua Salvador Cardoso, 156, apto. 81, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-05, para ocupar o cargo de **membro suplente da Sra. Cátia Yuassa Tokoro**.

(viii.1) Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros fiscais preenchem os requisitos previstos no art. 162 da Lei das S.A. e estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada no art. 147 e no art. 162, § 2º, da Lei das S.A., que ficarão arquivadas na sede da Companhia.

(viii.2) Consignar que os membros do Conselho Fiscal ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia. (ix) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 152.051.559 votos a favor e 3.772.282 abstenções, a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 162, § 3º, da Lei das S.A. em montante equivalente a no mínimo 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída aos diretores da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores. (xi.1) Consignar que os membros suplentes do Conselho Fiscal somente serão remunerados quando atuarem em substituição aos membros efetivos. **6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, a nomeação e contratação da empresa de avaliação RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. para elaboração do Laudo de Avaliação Cão Cidadão; (ii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, o Laudo de Avaliação Cão Cidadão, conforme Anexo I do Protocolo e Justificação Cão Cidadão; (iii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, Protocolo e Justificação Cão Cidadão, conforme Anexo I. (iv) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, a Incorporação Cão Cidadão; (v) Ratificar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, a nomeação e contratação da empresa de avaliação KPMG Auditores Independentes Ltda. para elaboração do Laudo de Avaliação Zee Dog; (vi) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, o Laudo de Avaliação Zee Dog, conforme Anexo I do Protocolo e Justificação Zee Dog; (vii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, Protocolo e Justificação Zee Dog, conforme Anexo I; (viii) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, a Incorporação Zee Dog; (ix) Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com 236.781.749 a favor e 48.609.187 abstenções, a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **7. Encerramento:** Naímais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por quantos acionistas bastem para validade da ata, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. A ata poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130 da Lei das S.A. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Presidente** – Claudio Roberto Ely **Secretário(a)** – Guilherme Martins Bouzan, Jurnista Freire do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.032-24-5 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira a au-
tenticação



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.									
CNPJ/MF nº 035.121.721/0001-34									
Balanco Patrimonial em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023					Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício de 12 meses findo em 31/03/2024 e exercício de 12 meses findo em 31/03/2023				
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)									
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023				
Circulante			Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.708	1.688	Fornecedores	8	5	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Impostos a recuperar	27	21	Impostos a recolher	3	9	Prejuízo líquido do exercício			
Despesas antecipadas	3	2	Total do passivo circulante	21	14	Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Total do ativo circulante	1.738	1.711	Patrimônio Líquido			Equiv. patrimonial em coligadas			
Não Circulante			Capital	238.296	223.007	Baixa de participação societária			
Investimentos em controladas	190.924	188.403	Reservas	2.000	2.000	Aumento (redução) do ativo e passivo operacionais:			
Investimentos em coligadas	-	-	Transações entre sócios	(1.493)	(1.493)	Impostos a recuperar			
Total do ativo não circulante	190.924	188.403	Prejuízos acumulados	(46.152)	(33.414)	Adiantamentos			
Total do Ativo	192.662	190.114	Total do patrimônio líquido	192.650	190.101	Fornecedores			
Demonstração do Resultado para o Exercício de 12 meses findo em 31/03/2024 e exercício de 12 meses findo em 31/03/2023			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	192.672	190.114	Impostos a recolher			
						Pagamento de imposto – IRPJ e CSLL			
						(-) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
						Fluxo de caixa das atividades de Investimentos			
						Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas e coligadas			
						Pagamento por aquisição de controladas, líquido do caixa recebido			
						(-) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos			
						Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
						Aumento de capital			
						(-) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos			
						Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período			
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
						Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período			